



O ESPAÇO GEOGRÁFICO NA CONFLUÊNCIA ENTRE O LIVRO DIDÁTICO E OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo¹

GT2 – Educação e Ciências Humanas e Socialmente Aplicáveis

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a discussão sobre o conceito Espaço Geográfico no livro didático. A escolha deste material justifica-se mediante sua ampla utilização na Educação Básica, sendo por isso utilizado como veículo para a propagação de informações e ideologias que podem contribuir para a compreensão/ocultamento do real. Para a operacionalização da pesquisa foram realizados como procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, direcionada a leitura e análise reflexiva de artigos, livros, dissertações e teses que abordam a temática em tela e a pesquisa documental que compreendeu a análise do livro didático e dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. Diante disso, constatou-se que o material didático tem se apoiado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, seguindo uma tendência de compreensão do Espaço Geográfico a partir do espaço vivido do aluno, mas sem buscar compreender as contradições da realidade em sua totalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço Geográfico. Ideologia. Ensino-Aprendizagem.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la discusión sobre el concepto Espacio Geográfico en el libro didáctico. La elección de este material se justifica mediante su amplia utilización en la Educación Básica, siendo por ello utilizado como vehículo para la propagación de informaciones e ideologías que pueden contribuir a la comprensión / ocultamiento de lo real. Para la operacionalización de la investigación se realizaron como procedimientos metodológicos: investigación bibliográfica, dirigida a la lectura y análisis reflexivo de artículos, libros, disertaciones y tesis que abordan la temática en tela y la investigación documental que comprendió el análisis del libro didáctico y de los Parámetros Curriculares Nacionales - PCNs. En este sentido, se constató que el material didáctico se ha apoyado en los Parámetros Curriculares Nacionales, siguiendo una tendencia de comprensión del Espacio Geográfico a partir del espacio vivido del alumno, pero sin buscar comprender las contradicciones de la realidad en su totalidad.

PALABRAS CLAVE: Espacio Geográfico. Ideología. Enseñanza-aprendizaje.

¹ Mestrando em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFS. Membro do GPECT - Grupo de pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de (Re)Ordenamento Territorial. E-mail: danilogeoufs@gmail.com



INTRODUÇÃO

O conceito de Espaço Geográfico foi compreendido de diversas formas ao longo do desenvolvimento da Geografia enquanto disciplina científica, o que repercutiu em diferentes formas na apropriação desse conceito também na Educação Básica. Considera-se que a discussão sobre o Espaço Geográfico deve ser inserida nas séries iniciais do Ensino Fundamental, pois seu domínio é essencial para a compreensão/transformação da realidade objetiva. Nesse sentido, o presente estudo possui como objetivo analisar a discussão desse conceito no material didático, utilizado na Educação Básica, do município de Campo do Brito-SE.

A escolha do livro didático como material de análise justifica-se devido esse material ser constituído por um discurso social de natureza ideológica, cuja propagação ocorre através do aparelho escolar, sobretudo, devido à sua ampla utilização na Educação Básica. Logo, o livro didático pode ser considerado como receptáculo para difusão da ideologia dominante, desconsiderando as contradições do real e contribuindo para o ocultamento do real.

Para operacionalização da pesquisa inicialmente foi utilizado como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica com base em artigos, livros, dissertações e teses que abordam a temática em tela, pois

a revisão da literatura diz respeito à fundamentação teórica que será adotada para tratar do tema e do problema da pesquisa. Por meio da análise da literatura publicada, é possível traçar um quadro teórico e conceitual que dará sustentação ao desenvolvimento da pesquisa (PEREIRA, 2007, p. 68).

Neste sentido, foram realizadas leituras seguida de análise reflexiva de obras que abordam o conceito Espaço Geográfico com base em: Carlos (1994), Conceição (2005), Correa (2011) Harvey (2005), Lefévre (2006). Por sua vez, a análise do livro didático esteve respaldada em: Santos (2008), Santos & Conceição (2009), Oliveira (1999), Vlach (1991).

Posteriormente foi realizado como procedimento metodológico a pesquisa documental, pois esta técnica “é trabalhada com base em documento que não receberam tratamento de análise e síntese”. (SANTOS, 2011, p. 192). Desta forma, o livro didático e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs foram selecionados enquanto documentos para esse realizar esse procedimento, considerando a sua carga ideológica para o processo de compreensão ou ocultamento do real.



O artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente é apresentada uma discussão sobre o conceito Espaço Geográfico, considerando o trabalho como fundante para a sua produção através da relação dialética sociedade-espço; posteriormente apresenta-se a análise do Espaço Geográfico no livro didático em sua correlação com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs; por último são explicitadas as considerações finais.

O ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO PRODUTO DAS DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS CAPITAL-TRABALHO

A concepção do Espaço Geográfico encontra-se inter-relacionada com a própria história da Geografia enquanto disciplina científica. Na Geografia Tradicional², o conceito de espaço não foi privilegiado no âmbito dos debates geográficos, sendo o foco da discussão balizado nos conceitos de paisagem e região em conjunto com a definição do objeto de estudo da Geografia. Segundo Correa (2011), a discussão sobre o Espaço Geográfico aconteceu de forma tácita, sendo possível essa constatação nas obras de Ratzel e Hartshorne. Nesse momento histórico o espaço foi definido essencialmente como “base indispensável para a vida do homem” e “receptáculo” das ações humanas (CORREA, 2011, p. 18).

Na década de 1950, apesar das mudanças que a Geografia Teórica-Quantitativa inseriu nos estudos geográficos, o conceito de espaço continuou a ser compreendido em sua perspectiva absoluta, considerado como local, área em que se desenrolavam as ações humanas. O espaço, compreendido como “planície isotrópica”, revelava a leitura espacial enquanto unidade homogênea e estática (CORREA, 2011).

A leitura cartesiana do espaço que o compreende como área, unidade homogênea, imutável, um receptáculo em que se desenrolam as ações humanas, resulta na descrição a partir do visível. Essa concepção tem como consequência a omissão das contradições internas que são intrínsecas a sociedade, além de negar a dimensão histórica das ações humanas e sua potencialidade na transformação do real (CONCEIÇÃO, 2005).

² Compreende-se como Geografia Tradicional, os estudos geográficos realizados no período compreendido entre a institucionalização da Geografia enquanto ciência nas escolas e universidades europeias, durante o século XIX, até a década de 1950, quando a geografia passou a desenvolver os seus estudos de forma mais intensa calcada no neopositivismo, enquanto método científico, dando o desenvolvimento a Geografia Teórica-Quantitativa. Consultar Moraes (1985) e Correa (2011).



A leitura do Espaço Geográfico, enquanto superfície, com ausência de dinamicidade e mutabilidade, passou a ser questionada de forma veemente na década de 1970 com a emergência de uma perspectiva mais crítica nos estudos geográficos, denominada de Geografia Radical. Defendia-se que a compreensão do Espaço Geográfico deveria ser estabelecida em correlação com a dinâmica social, atribuindo-lhe caráter dinâmico e mutável de acordo com as determinações historicamente estabelecidas entre os homens pelo modo de produção vigente. O Espaço Geográfico passou a ser compreendido a partir das contradições estabelecidas pela divisão social do trabalho.

O pensamento de Karl Marx foi inserido nos estudos geográficos para explicar a condição fundante do trabalho no processo da produção humana e da produção espacial. Nesse sentido, o homem, compreendido como ser social, tornou-se figura elementar na leitura do Espaço Geográfico. Rompendo com a concepção do homem enquanto agente genérico no/do espaço, o ser social passou a ser compreendido como produtor do espaço e responsável pelas transformações espaciais.

A leitura crítica ao considerar o homem, enquanto ser social resultante do trabalho, estabeleceu o espaço como resultante do trabalho humano em seu metabolismo com a natureza e do sociometabolismo como os homens. Nesse sentido,

o trabalho é antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de forças a seu próprio domínio (MARX, 2015, p. 255).

A assertiva acima reitera que a afirmação da produção do Espaço Geográfico como imanente ao trabalho, pois foi através do trabalho que o homem tornou-se civilizado³, permitindo o contínuo aperfeiçoamento das relações de trabalho e do próprio homem.

³ Engels (2009) demonstra de forma minuciosa como o trabalho foi responsável pela hominização do homem, permitindo-o sair da sua condição selvagem (macaco) para tornar-se a ser social e dominar a natureza. Utilizando-se da teoria evolucionista, Engels (2009), argumenta de forma categórica como o processo de interação social entre os homens através das relações de trabalho permitiu o aprimoramento humano e da organização social, culminando assim na forma de organização social atual.



Destarte, infere-se que a ação intencional⁴ e teleológica no realizar do trabalho humano é responsável pela transformação das paisagens, pela produção do espaço. "O espaço surge na história através da organização territorial dada pelo homem à relação com o seu meio" (MOREIRA, 2011).

Nessa direção, o ser social ao transformar a natureza exterior produz Espaço Geográfico.

[...] o espaço geográfico não é a base da história mundial, mas o produto das relações fundamentadas na divisão do trabalho que ocorrem num determinado momento histórico entre homens e natureza. É um processo de produção e também um processo de reprodução, fundamentado de um lado na acumulação técnico-cultural, e, de outro, na relação dialética entre o velho (espaço como meio de reprodução) e do novo (o processo de produção atual em si), implicando a ideia de continuidade – do processo de desenvolvimento da própria sociedade. (CARLOS, 1994, p 33 e 34).

A sociedade produz espaço ao produzir sua existência, dessa forma, o espaço só pode ser compreendido de forma correlacionada com a produção da sociedade. Há uma relação dialética entre espaço e sociedade, sendo impossível compreendê-los de forma dissociada. Na sociedade atual, são as relações estabelecidas pela relação capital/trabalho que determinam a produção do espaço. Logo, o Espaço Geográfico é a materialidade das contradições estabelecidas de forma cadenciada pelas múltiplas determinações do modo de produção capitalista.

Lefévre (2006), considera que o espaço é produto-produtor, pois é produto resultante da ação da sociedade que se insere nas relações de produção e nas forças produtivas responsáveis pela dinâmica da produção do espaço. Espaço e modo de produção estabelecem uma relação íntima, de modo que o espaço interfere no modo de produção e transforma-se com o modo de produção. Assim, um novo modo de produção ao surgir se apropria do espaço produzido e altera-o conforme os seus objetivos, tais mudanças podem acontecer por um processo lento, ou de forma abrupta (LEFÉVRE, 2006).

Na sociedade capitalista, o Espaço Geográfico é produzido através do processo sociometabólico do capital que traz em suas determinações a autoexpansão. A incessante

⁴ Lukács (1968) afirma que a distinção entre o trabalho humano e o trabalho dos demais animais - como abelhas, por exemplo - está na intencionalidade das ações. Enquanto os demais animais realizam o ato laborativo por mera reprodução biológico, o homem o faz de forma consciente provido de intencionalidade e da capacidade teleológico, ou seja, consegue projetar o produto do seu trabalho em sua consciência antes de realizar e/ou finalizar a ação.



busca por novos mercados consumidores e por fontes de matérias primas determina que as relações sociais de (re)produção do capital sejam estabelecidas em diferentes espaços, imprimindo na paisagem novas feições e (re)produzindo espaço. Nessa direção, Harvey (2005), considera que a expansão do mercado geográfico traz em seu bojo a necessidade de rompimento das barreiras espaciais, ou seja, a anulação do espaço pelo tempo. Quanto mais distante, em relação ao centro, estiverem localizados o mercado consumidor e a fonte de matérias primas, maiores serão os custos de transporte e a necessidade de um sistema de transporte eficiente. No momento em que o capital consegue subverter a técnica aos seus propósitos, criando um meio de transporte mais veloz – por exemplo, o capital transpõe as barreiras espaciais engendrando nova configuração espacial que viabiliza a captura de um novo espaço de acumulação (HARVEY, 2005).

Concomitantemente a necessidade de autoexpansão para acumulação, o capital tende a concentrar-se em determinados espaços, Harvey (2005), denominou este aspecto de coerência estruturada. Como o espaço representa para o capital uma barreira a ser superada, anulando-o através do tempo, o capital tende a criar uma configuração espacial em que os elementos da cadeia produtiva localizam-se a curtas distâncias. Dessa forma, a instalação de um distrito industrial tende a convergir indústrias de diversos setores em um espaço da cidade, permitindo a facilidade de comunicação entre os capitais, com o mercado consumidor, a cooptação da força de trabalho, além da redução dos custos com transporte (HARVEY, 2005).

Nesse processo o Espaço Geográfico é produzido de acordo com a lógica (ir)racional do sistema do capital para permitir a máxima acumulação de capital. Ao penetrar em novos espaços, o capital vai transformando as relações de produção e as forças produtivas. Altera a dinâmica dos espaços criando novas formas de acumulação e novas relações sociais que atuam na (re)produção do espaço tornando-as visíveis através da contemplação da paisagem. A (re)produção do Espaço Geográfico vai ocorrer de acordo com os propósitos do capital e ao mesmo tempo conservar e produzir particularidades que distingue os espaços.

O Espaço Geográfico é dinâmico, está em constante movimento, sendo produzido pela união de forças contrárias que integram a totalidade. É o movimento das forças contrárias presentes na sociedade que permitem o contínuo desenvolvimento da história e a (re)produção do Espaço Geográfico. Neste ensejo, o espaço como conceito geográfico para análise e compreensão da realidade objetiva torna-se essencial.



O CONCEITO DE ESPAÇO GEOGRÁFICO NO LIVRO DIDÁTICO E O CARÁTER IDEOLÓGICO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PCNs

O livro didático representa uma importante ferramenta no contexto ensino-aprendizagem. Em muitas realidades, sobretudo na escola pública, caracteriza-se como único e/ou principal instrumento que o professor dispõe para estabelecer o diálogo com os alunos durante as aulas (VLACH, 1991). Nesse sentido, antes de qualquer crítica que se possa tecer sobre o conteúdo e a importância que esse material adquire no processo de ensino-aprendizagem, é necessário também observar a sua importância nesse processo que se estabelece cotidianamente na realidade da educação pública.

Tendo em vista o caráter ideológico que perpassa a produção, distribuição e utilização do livro didático no processo de conformação da ordem sociometabólica do capital, assim como, o seu reconhecimento enquanto importante ferramenta no contexto ensino-aprendizagem, considerou-se como ponto fundante para essa análise, a correlação entre a abordagem conceitual no livro didático e as determinações estabelecidas pelo Estado na materialidade dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs.

Na análise do livro didático, inicialmente realizou-se a observação da emergência do conceito Espaço Geográfico e sua correlação com outros conceitos geográficos, tais como paisagem e lugar. No primeiro capítulo a discussão tem como ponto central o conceito paisagem. Considerada como a primeira⁵ categoria que foi desenvolvida nos estudos geográficos, o uso desse conceito mostra uma tentativa dos autores em utilizar o visível para que os alunos obtenham compreensão do real, pois conforme discorre Santos (1968, p. 61, **grifo nosso**): “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem”.

A análise da referência conceitual dos autores, sobre a leitura do Espaço Geográfico, demonstra, como estratégia de ensino-aprendizagem, a leitura do Espaço Geográfico a partir do lugar. Há no discurso do livro didático uma mescla entre os conceitos espaço e lugar, utilizando-se como justificativa a intenção na aproximação entre o conceito Espaço Geográfico e a realidade em que o aluno se encontra inserido. Essa afirmação pode ser constatada na assertiva a seguir:

o lugar é onde as pessoas moram, estudam, trabalham, consomem, ou seja, realizam as atividades cotidianas e, portanto,

⁵ Na História do Pensamento Geográfico, considera-se que no momento em que ocorreu a institucionalização da Geografia enquanto ciência, a paisagem se estabeleceu como categoria central dos primeiros estudos geográficos, sobretudo com Alexander Von Humboldt e Karl Ritter (CORREA, 2011; MORAES 1989).



desenvolvem suas relações sociais, afetivas e de solidariedade - de ajuda e colaboração - ou de conflitos. É a primeira referência que cada um tem do mundo (LUCCI & BRANCO, 2012, p. 22, **grifo dos autores**).

Tal intencionalidade torna-se ainda mais evidente ao se analisar a estrutura do capítulo para discussão do conceito Espaço Geográfico, cuja discussão inicial refere-se ao conceito de lugar para posteriormente realizar o debate em torno do conceito de espaço. Nessa direção, observa-se que a organização utilizada pelos autores na produção do material didático não resulta de uma opção independente, pois encontra-se respaldada nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs.

Enriquecida essa forma de pensar sobre a ideia de lugar, o professor poderá trabalhar o cotidiano do aluno com toda a carga de afetividade e do seu imaginário, que nasce com a vivência dos lugares. A nova abordagem poderá ajudar o aluno a pensar a construção do espaço geográfico não somente como resultado de forças econômicas e materiais, mas também pela força desse imaginário (BRASIL, 1998, p.59).

Através da análise dos parâmetros que estabelecem a produção do material didático de geografia no país - PCNs, constata-se uma imbricação entre os conceitos de lugar e espaço. Essa opção metodológica pode ser considerada um ponto problemático no ensino de geografia, pois pode ser caracterizada como uma flexibilização no rigor teórico-metodológico para o tratamento dos conceitos geográficos. Em suma, conforme afirma Santos (2008), observa-se uma indefinição na fundamentação teórico-metodológica dos PCNs e tal aspecto pode possibilitar subsídios para interpretações divergentes.

Nessa direção, os autores do livro didático conceituam o Espaço Geográfico como "fruto das modificações realizadas pelo homem ao longo da história" (LUCCI & BRANCO, 2012, p.24). Constata-se nesta assertiva que o Espaço Geográfico é compreendido a partir da sua mutabilidade, resultante da dinamicidade das relações humanas que se estabelecem no devenir do tempo histórico. Assim, os autores compreendem que a sociedade determina a produção do espaço, porém não discorrem sobre a natureza dos processos sociais que resultam na produção espacial.

As transformações do Espaço Geográfico são abordadas no material consultado, a partir da análise do papel dos meios de comunicação e dos meios de transporte no encurtamento das distâncias e na conexão espacial. Entre os recursos utilizados para esse objetivo, destaca-se a presença de uma representação cartográfica de autoria do geógrafo David Harvey, a qual enfatiza a compressão espaço-temporal a partir do desenvolvimento



tecnológico. Contudo, esse discurso centraliza-se no desenvolvimento da técnica, o que implica em omitir o papel ontológico do trabalho na produção e desenvolvimento da técnica, assim como as relações sociais de produção, destarte o velamento das contradições que permeiam o real. Segundo Harvey (2005) na sociedade capitalista o desenvolvimento tecnológico encontra-se estabelecido de acordo com as determinações sociometabólicas do capital, logo, encurtar distâncias e conectar espaços resultam da necessidade do capital de anular o espaço em relação ao tempo.

Há também, no material analisado, indicações de filmes, livros e diversas imagens para auxiliar a compreensão do Espaço Geográfico. Destaca-se o uso de uma imagem com a intenção de demonstrar a diferença entre os espaços, a partir da leitura da paisagem dos seus elementos constituintes, utilizando-se uma comparação entre o bairro de São Conrado e a favela da Rocinha, localizados na cidade do Rio de Janeiro. A partir da imagem os autores trazem questionamentos sobre a diferença entre modos de vida das pessoas que vivem em São Conrado e na Rocinha, se ambos fazem parte da mesma sociedade e sobre a possibilidade de mudança as habitações precárias.

Tais questionamentos são necessários para a análise da produção do Espaço Geográfico, mas podem resultar no escamoteamento da essência da diferenciação espacial, o processo desigual e combinado do capital. Ao se estabelecer o cultural, como determinante das diferenciações espaciais, ocorre novamente o risco de não se discutir a essência das desigualdades sociais: a divisão social emanada das determinações estruturais do capital. Logo, a aparência evidenciada no cultural não é causa das desigualdades espaciais, mas consequência de um processo de apropriação desigual da riqueza produzida pelo trabalho humano.

Ao conceber o espaço a partir do entendimento da concepção crítica – do espaço produzido no processo de determinação histórica das relações capital e trabalho, se objetiva analisar a leitura na inserção das relações mais amplas, na totalidade das relações. Nesta trajetória, a dimensão do espaço perpassa o vivido na sua determinação histórica, o concebido e a realidade percebida, definida pela sua inserção como classe social, e seu compromisso como grupo social (CONCEIÇÃO, 2005, p. 169).

Em seu discurso aparente, os PCNs mostram uma postura resultante da confluência entre as diversas tendências que permeiam a discussão do pensamento geográfico – materialismo, positivismo, fenomenologia. Todavia, segundo Santos (2008) e Oliveira (1999), o que se constata em sua essência é a tentativa de negação das categorias inseridas pelo



materialismo histórico dialético no ensino geográfico. Essa afirmação ratifica-se a partir da análise do seguinte texto retirado dos PCNs:

Uma das características fundamentais da produção acadêmica da Geografia dos últimos tempos foi o surgimento de abordagens que consideram as dimensões subjetivas e, portanto, singulares dos homens em sociedade, rompendo, assim, tanto com o positivismo, como com o marxismo ortodoxo. Buscam-se explicações mais plurais, que promovam a intersecção da Geografia com outros campos do saber, como a Antropologia, a Sociologia, a Biologia, as Ciências Políticas, por exemplo. Uma Geografia que não seja apenas centrada na descrição empírica das paisagens, tampouco pautada exclusivamente pela explicação política e econômica do mundo (BRASIL, 1998, p. 23-24).

Nesse sentido, observa-se que o tom da aparente defesa de uma geografia baseada na confluência entre as diferentes tendências do pensamento geográfico, tem por objetivo escamotear a escolha pelas questões subjetivas e culturais como fundamento da construção dos parâmetros estabelecidos para o ensino de geografia. Constata-se que a inter-relação entre a abordagem cultural e socioeconômica defendida pelos PCNs para a leitura espacial e presente no material didático em questão, não contesta os aspectos culturais como ponto fulcral para essa leitura, uma vez que não considera a análise da essência dos processos sociais que determinam a produção espacial.

Nesse contexto, considera-se uma possível adequação do material didático para aprovação mediante o mercado editorial e a Política Nacional do Livro Didático. O Estado como formulador das políticas públicas, voltadas para a educação pública, é utilizado enquanto instrumento de dominação de classe, uma vez que estabelece a produção e distribuição de um material didático nos conformes da ideologia da classe burguesa, não permitindo aos filhos da classe trabalhadora a compreensão das contradições que permeiam o real.

O Estado revela a sua real essência no processo de alienação e conformação social, ao determinar e incentivar a produção do material didático segundo os ditames da ideologia burguesa, difundindo-a em âmbito social, legitimando os processos de expropriação pelo capital e atuando na manutenção do *status quo*.

A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância no reino da produção material



paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno (MÈSZÁROS, 2002, p.106).

Segundo Santos e Conceição (2009), no Brasil, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção do livro didático ocorreu no mesmo período em que ocorreu o processo de ampliação da Educação Básica. Tal realidade estava balizada no desenvolvimento do capital nacional via fortalecimento da indústria nacional. (SANTOS & CONCEIÇÃO, 2009). Desta forma, corrobora-se que as políticas educacionais, que determinam a produção do material didático, encontram-se diretamente relacionadas com o desenvolvimento do capitalismo no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise do material didático, constatou-se que os autores buscam correlacionar os conceitos de paisagem, lugar e Espaço Geográfico. Observou-se também que a leitura da paisagem como aspecto visível do espaço, assim como a compreensão do lugar como porção do espaço em que atuamos e criamos afetividade são abordados de forma enfática no livro didático. O Espaço Geográfico é conceituado como produto das relações humanas, investido de aspectos culturais, no entanto, não são consideradas as contradições da sociedade no processo de produção do espaço.

Outrossim, foi detectado que a discussão sobre o conceito Espaço Geográfico encontra-se respaldada nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs que atribuem ao conceito de espaço vivido e lugar a capacidade de aproximação entre os conteúdos escolares e a realidade do aluno. Dessa forma, a discussão do conceito Espaço Geográfico acaba sendo imbuída de outros debates como modo de vida, orienta-se para um viés cultural e perde a discussão sobre as contradições das relações sociais de produção o que contribui para escamotear a compressão da totalidade enquanto compreensão do real. A leitura do Espaço Geográfico a partir do local deve, portanto, ser realizada em consonância com a totalidade das relações de produção.

Infere-se que o Estado atua como real legitimador e difusor da ideologia capitalista na sociedade mediante o estabelecimento de políticas públicas, como a do livro didático materializadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. Os princípios estabelecidos



nos PCNs para o ensino de geografia atuam na contribuição de uma leitura espacial descontextualizada das contradições que são iminentes ao processo de exploração do trabalho no capitalismo. Logo, a leitura espacial no livro didático não se considerar tais processos, contribuem para o escamoteamento do real e para a legitimação e defesa da ideologia burguesa, atuando na alienação dos filhos classe trabalhadora através do processo educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: geografia** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)produção do Espaço Urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia do Espaço da Miséria. Revista Scientia Plena: São Cristóvão, Vol 1, no 6. 2005.

CORREA, Roberto Lobato. **Espaço, um conceito-chave da geografia**. IN: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORREA, R. L. Geografia: conceitos e temas. 14ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do homem em macaco**. Brasília: Editora Centelha Cultura, 2009.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFÉBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4ª edição. Paris, Éditions Anthropos, 2006.

LUCCI, Elian Alabi; BRANCO, Anselmo Lázaro. **Geografia: homem e espaço**, do 6º ano. Editora Saraiva, 2012.

LUKÀCS, Georg. **As bases Ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. 1968.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Campinas, SP: Boitempo, 2002.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia e Ensino: os Parâmetros Curriculares Nacionais em discussão**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org). **Reformas no Mundo da Educação: Parâmetros Curriculares e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.



PEREIRA, José Matias. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo, Atlas, 2007.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**: Fundamentos teórico e Metodológico da geografia. São Paulo; Hucitec, 1968.

SANTOS, Ricardo Menezes dos ; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. . **A Questão Agrária nos Livros Didáticos de Geografia no Ensino Fundamental**. In: X Encontro Nacional de Prática de Ensino? ENPEG., 2009, Porto Alegre. X Encontro Nacional de Prática de Ensino? ENPEG.. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. v. 01. p. 01-16.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A Questão Agrária**: uma análise a partir das políticas de governo para educação e da realidade nas escolas em Sergipe. São Cristóvão-SE, 2008, 133p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

SANTOS, Izequias Estevan dos. **Manual de Métodos e Técnicas de Pesquisa Científica**. 8ª ed, Niterói-Rio de Janeiro, Impetus, 2011.

VLACH, Vania Rubia Farias. **Geografia em Construção**. Belo Horizonte, MG: Lê, 1991.